

## O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RANGLER PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSE VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISTISSIMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARILANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Os paradoxos do Congresso



**Congresso começou 2023 atacado por golpistas e terminou aprovando a reforma tributária; nessa epopeia, mostrou que ainda é a melhor representação do País, para o bem e para o mal**

O Congresso iniciou 2023 sob odioso ataque. Após ser reduzido a escombros pela malta bolsanarista que, inconformada com a posse do presidente Lula da Silva, tentou um golpe de Estado a partir da destruição das sedes dos Poderes no infame 8 de Janeiro, conseguiu se reerguer, física e institucionalmente, e se firmou como uma das principais forças da resistência cívica que assegurou a vigência do Estado Democrático de Direito no País.

A resiliência da maioria dos parla-

mentares foi notável. O mesmo Congresso submetido a um assalto inaudito chegou ao final de 2023 notabilizado por um feito histórico: a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reforma o cavernoso sistema tributário brasileiro. Trata-se de uma conquista civilizatória só comparável, em tempos recentes, à criação do Sistema Único de Saúde e à recuperação do valor da moeda, com a implementação do Plano Real.

O Congresso também chegou ao sucesso de fim de ano tendo aprovado, após muitas idas e vindas, duas leis fun-

damentais: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ou seja, tudo segue rigorosamente normal naquela porção da Praça dos Três Poderes.

Nesse pequeno arco temporal, mas com divisas tão diametralmente opostas como uma tentativa de golpe de Estado e a promulgação de uma PEC ansiada pela sociedade havia mais de três décadas, é evidente que a atuação do Congresso foi marcada por erros e acertos. Porém, o que ficará para a história do Poder Legislativo decerto é a maturidade institucional demonstrada tanto pela Câmara como pelo Senado para lidar com os desafios nada triviais de 2023.

Num ano que começou tenso, para dizer o mínimo, ainda marcado por rusgas políticas paralisantes, os parlamentares conseguiram aprovar, além da citada PEC da reforma tributária, outras matérias igualmente fundamentais para o País, como, por exemplo, o novo arcabouço fiscal. Na prática, o ano legislativo teve início já nos estertores de 2022, com a aprovação da chamada PEC da Transição, que garantiu ao novo governo as condições materiais mínimas para administrar o País. De lá para cá, outros projetos de interesse nacional nas searas social, política e econômica avançaram no Congresso.

Mas, como não há espaço para ingenuidade nesta página, é forçoso dizer que o Congresso mais deteriorou a ordem institucional inaugurada pela Constituição de 1988. Com um apetite cada vez mais voraz, o Legislativo se-

gue acumulando um poder que nem remotamente foi imaginado pelos constituintes originários – particularmente por meio da apropriação de fatias cada vez mais robustas do Orçamento.

Recordes nada honrosos foram batidos pelas duas Casas Legislativas em 2023. Fala-se em cerca de R\$ 50 bilhões reservados para emendas parlamentares de todos os tipos em 2024, algumas de pagamento impositivo. Os fundos públicos que enchem os cofres dos partidos políticos, em especial o chamado fundo eleitoral, atingiram patamares indecentes. Ao longo de 2023, restou evidente a contradição entre um Congresso que foi firme ao repelir uma tentativa de golpe de Estado, mas, ao mesmo tempo, seguiu degradando a democracia representativa ao criar artimanhas cada vez mais engenhosas para escapar dos controles republicanos sobre o manejo do Orçamento.

A um só tempo, essas manobras urdidas nos salões de Brasília para aumentar o naco do Orçamento sob controle exclusivo dos deputados e senadores corroem a representatividade democrática, na medida em que favorecem a manutenção do poder político nas mãos dos atuais mandatários pela via do poder financeiro, e quebram o equilíbrio entre os Poderes exigido pela Lei Maior. Não há mais que se falar em presidencialismo de coalizão no Brasil.

Assim, o Congresso mostrou no atribulado ano de 2023 que ainda é a melhor representação do País, no que tem de pior, mas também no que tem de melhor. Esses paradoxos são, afinal, a cara da sociedade brasileira. ●

## Mudanças climáticas e a demonização do agro

**Como todo setor, o agro tem muitos problemas, mas, como bem salientou Roberto Azevêdo, ver a produção de alimentos como algoz internacional das emissões de carbono só pode ser má-fé**

Ex-presidente da Organização Mundial do Comércio, o embaixador Roberto Azevêdo concedeu entrevista recente ao *Estado* em que ofereceu lições cristalinhas para quem ainda enxerga o agronegócio como o dragão da maldade das mudanças climáticas. Assumindo a defesa do agronegócio brasileiro na COP-28, Azevêdo mirou na distorção do debate gerado pelas pressões internacionais, sobretudo europeias, sobre a produção do campo e os sistemas alimentares, e as exigências de compradores para estabelecer conformidade de produtos com padrões ambientais. Deve-se prestar atenção a seus argumentos, relevantes não só para rebater as reticências internacionais, mas, sobretudo, para desfazer mitos aqui mesmo no Brasil, onde imperam

ideologias simplificadoras, desinformação e visões rupestres sobre o campo.

Como lembrou o diplomata, o agronegócio é o primeiro a ser afetado pelas mudanças climáticas: “Safras que eram viáveis antes agora não são mais. Modelos de negócios podem mudar drasticamente a depender do paralelo (*geográfico*) em que você está situado. Os regimes de chuvas mudaram”. O impacto é brutal, e o setor não só está perfeitamente consciente dessa realidade, como conforme sublinhou Azevêdo, como também demonstra capacidade de continuar plantando, produzindo e sequestrando carbono ao mesmo tempo, sem derrubar árvores. Se é verdade que o debate internacional relacionado às mudanças climáticas está legitimamente centrado no controle das emissões de carbono, também é verdade que preci-

samos escolher e qualificar os inimigos no enfrentamento dessa agenda. Se é verdade que reduzir ou zerar os níveis de desmatamento é o melhor remédio para a redução das emissões, também é verdade que nem todo desmatamento tem o agronegócio como seu agente.

Enquanto as cassandras ideológicas gritam, não é somente o agronegócio que perde: é o Brasil. Não é demais lembrar que o setor responde por 24% do PIB brasileiro, e seu negócio, ao contrário do que pensa boa parte dos exércitos ambientalistas, não é desmatar, e sim transitar de forma decidida – e decisiva – para a agricultura de pegada negativa de carbono. A paisagem no campo e o bolso dos produtores rurais são intensamente afetados pelas mudanças climáticas. Estiagens atípicas, plantios prejudicados pelo excesso de chuvas no Sul, secas severas no Nordeste e até mesmo no Norte, região conhecida pela abundância de água, são todos fenômenos extremos prejudiciais aos negócios, bem como as práticas que contaminam a conservação e a reabilitação dos sistemas alimentares e agrícolas.

Enquanto os países europeus usam a propaganda negativa sobre o agronegócio brasileiro para justificar as barreiras protecionistas, Roberto Azevêdo sugeriu ao Brasil agir com sabedoria, reunindo países que enfrentam problemas similares para que os custos da transição verde não sejam transferidos para

as nações mais pobres – evitando, é claro, relacionar essa iniciativa à patacoadalulopetista do tal “Sul Global”. Primeiro, é preciso que o Brasil tenha unidade de propósitos. O governo tem nada menos do que 17 Ministérios que, direta ou indiretamente, se ocupam de questões ambientais, e no entanto sua soma produz quase sempre apenas falatório e fragmentação, reduzindo consideravelmente nossa musculatura comercial e diplomática. Noves fora a defesa que a diplomacia nacional faz dos negócios do Brasil nos fóruns globais, o resultado geral é basicamente a demonização do agronegócio.

A língua presidencial não ajuda, como ficou evidente na recente declaração de Lula da Silva sobre raposas e galinheiros na pauta do marco temporal para demarcação de terras indígenas. Também não ajuda atacar o agronegócio na prova do Enem. São dois exemplos, entre tantos, de uma mesma visão anacrônica sobre o agronegócio, o que só ajuda a consolidar a situação “surreal”, nas palavras de Roberto Azevêdo, em que “o que era para ser o controle das emissões de carbono de repente agora é controlar os sistemas alimentares, uma coisa inacreditável”. Como bem disse o diplomata, “uma narrativa que ignora o sistema energético e a queima de combustível fóssil e o foco vem para o sistema alimentar só pode ser mal-intencionada”. ●